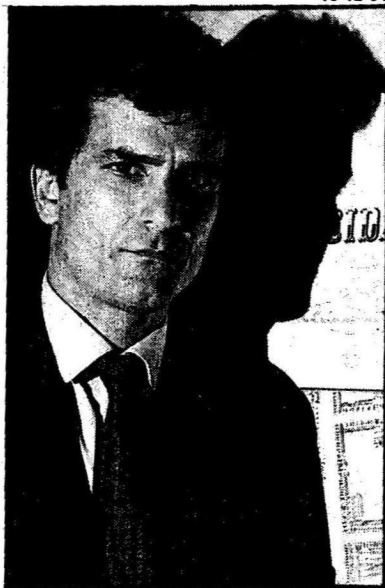


Dívida do Estado do Rio cresce mesmo sem novos empréstimos

MARCELO AGUIAR

16-12-94



Marco Aurélio: juros altos demais

“A rolagem da dívida traz uma dose de incerteza à administração dos estados”

Marco Aurélio Alencar
Secretário de Planejamento do
Estado do Rio

e aumentam o custo financeiro do giro da dívida.

Por isso, os quatro estados que respondem pelas maiores dívidas estão unidos na procura por uma fórmula para reduzir esse custo. Marco Aurélio pediu ao BC, há dez dias, a criação de um novo título que os estados possam usar para girar sua dívida no mercado. A ideia, diz, é alongar o prazo da correção, tirando dos estados a pressão de conseguir financiamento todos os dias para cobrir o débito.

— As LFTEs não nos deixam prever o custo de nossas dívidas. Isso traz um componente de incerteza para a administração estadual e nos deixa expostos ao aperto de liquidez.

No último acordo entre estados e União, no ano passado, as dívidas foram renegociadas para serem pagas em 30 anos. O governo, preocupado com as dificuldades do dia-a-dia da rolagem, passou a fazer com frequência a troca das LFTEs por Letras do Banco Central (LBCs). Essa medida reduziu as taxas de juros pagas pelos estados, mas não eliminou a incidência diária de juros sobre o débito.

A dívida do Estado do Rio no mercado financeiro saltou de US\$ 3 bilhões para mais de US\$ 3,5 bilhões nos últimos quatro meses, apesar de o estado não ter recebido qualquer novo empréstimo nesse período. O aumento percentual fica acima de 15% e, segundo o secretário estadual de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, reflete dificuldades sentidas por todos os estados na rolagem de suas dívidas mobiliárias: o giro do débito tem que ser feito diariamente e, com isso, o impacto dos juros altos é maior sobre o tesouro estadual do que sobre os demais endividados do mercado.

Se a rolagem continuar sendo feita dessa forma, a dívida será o dobro da atual em menos de dois anos, ainda que o estado continue sem pegar novos empréstimos. O problema não é vivido somente pelo Rio de Janeiro, responsável pelo quarto maior débito em títulos estaduais no país. Estão na mesma situação os estados de São Paulo, Minas

Gerais e Rio Grande do Sul, que lideram a lista dos endividados.

Tecnicamente, o que torna diferente a situação dos estados da situação de qualquer outra pessoa jurídica que estiver endividada é o prazo de financiamento do débito. Marco Aurélio Alencar explica que as Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LF-

TEs) — único instrumento permitido pelo Banco Central para a rolagem das dívidas estaduais — sofrem diariamente a incidência dos juros, porque acompanham o overnight. Ou seja, mesmo sendo títulos de prazo longo, frequentemente superior a seis meses, as LFTEs sofrem diariamente o impacto dos juros altos